UNIDADE 3
A Revolução Francesa

3.1 Introdução

Esta unidade propõe analisar a Revolução Francesa como um conjunto de manifestações de diversos grupos sociais com interesses conflitantes. Compreender a crise que desencadeou as diversas fases da Revolução tornou-se ponto primordial nos estudos dos autores que se dedicaram ao tema e deste conjunto de conhecimento proporcionado pela leitura de historiadores consagrados. Nesta parte do Caderno, pretendemos colaborar na compreensão de um dos mais relevantes momentos da história ocidental.

A Revolução Francesa foi o marco inaugural da contemporaneidade cristã ocidental ao enterrar o Estado absolutista Bourbon. Ao longo do século XVIII, a economia francesa começava a trilhar os caminhos do capitalismo industrial. A burguesia era uma classe social emergente, próspera, culta, no entanto, desprovida do poder político. A Revolução teve como modelo teórico-filosófico, o Iluminismo, a saber: os princípios de igualdade, liberdade fraternidade e justiça, disseminados nas célebres obras como: *A Riqueza das Nações* de Adam Smith, *O Espírito das Leis* de Montesquieu, *O Contrato Social* de Rousseau e a *Grande Enciclopédia*, vedete intelectual do movimento das luzes.

No auge da crise que dilacerava as finanças do Estado francês eclodiu uma reação aristocrática que rechaçou as tentativas da monarquia em tributá-las. Tal reação coincide com uma crise social aguda que espoliava as classes menos favorecidas: operários, artesãos, camponeses e desempregados que se aliam a uma oportunista burguesia, provocando mudanças de proporções imensuráveis e imprevistas nos destinos da sociedade francesa. Uma vez iniciado o processo revolucionário começou a ocorrer uma alternância de momentos distintos: ora indicava radicalização, ora moderação. Essa ambiguidade desembocou em uma ditadura liberal burguesa que consolidou em definitivo as transformações culturais, econômicas e políticas que perpassaram o processo revolucionário.

PARA REFLETIR

Com algumas alterações e atualização da bibliografia, a Unidade III é baseada no artigo: VIANA, Airton Fernandes; PORTO, César Henrique de Queiroz; OLIVEIRA, Everaldo Ramos de; VASCONCELOS, Heron Domingos e PEREIRA, Laurindo Mékie. A Revolução Industrial. Cadernos de História: Caminhos de História/Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros. Volume 3 - número 3 (1998) - Montes Claros: Unimontes, p. 29-51.

3.2 A França Pré-Revolucionária

A França Pré-Revolucionária setecentista era o país mais populoso da Europa com cerca de 26 milhões de habitantes, tendo acentuada disparidade demográfica. O século XVIII foi um período de considerável prosperidade econômica baseada num pujante comércio colonial, num artesanato de luxo e, sobretudo, numa agricultura cerealífera que absorvia a grande parte da mão de obra. Destaca-se também a importância política, econômica e sociocultural de Paris, considerada o grande centro irradiador das ideias iluministas.

3.3 Estruturas Econômicas

A prosperidade econômica francesa no século XVIII decorre das seguintes atividades: o comércio interno e o comércio colonial triangular, o artesanato de luxo, a agricultura comercial e a metalurgia (carvão-hullha). O comércio interno e o comércio colonial triangular é uma das facetas deste desenvolvimento econômico do período em questão. Suas atividades eram voltadas para a produção de artigos destinados aos mercados coloniais ultramarinos. "... As colônias são, portanto, um componente essencial da prosperidade francesa, e mais particularmente a fachada atlântica do Reino". (TULARD, 1990, p. 19.)

DICAS

Assista ao filme "Ligações Perigosas". O filme retrata uma história cheia de sedução e interesse entre os membros da alta nobreza francesa. Trata-se de uma adaptação de um clássico da literatura francesa "Ligações perigosas" de Pierre Choderlos de Laclos. Todos os acontecimentos se passam na França revolucionária do século XVIII. Direção de Stephen Frears, 1988 (119 min.) Comente sobre a vida social da aristocracia as vésperas da Revolução Francesas.

Figura 23: O comércio de artigos de luxo era uma das mais rentáveis fontes de riqueza na França do final do século XVIII. Na pintura acima, a rainha Maria Antonieta, em 1783, decapitada na guilhotina pelos revolucionários franceses em 1789.

Fonte: http://www.rodadamoda.com/post.php?id_post=158 Acesso em: 05/04/2011.

As colônias francesas – Antilhas, Feitorias das Índias, Guiana e Ilha de Gorée no Senegal – forneciam açúcar, algodão, café e o índigo (corante usado pelas tinturarias metropolitanas) e consumiam produtos manufaturados. Tal processo evidencia o caráter mercantilista da economia francesa, uma nítida analogia com os casos de colonização luso-brasileira e a colonização espanhola no restante da América Latina. Consequentemente existia uma burguesia comercial monopolista que juntamente com a Realeza se apropriavam dos lucros oriundos da exploração colonial. Analisando este aspecto modesto Florenzano afirma:

> (...) foi também um instrumento por excelência da chamada acumulação primitiva de capital, sem a qual não se teria criado as condições que mais tarde permitiriam a Revolução Industrial e a consolidação do Modo de Produção Capitalista. (FLORENZANO, 1994, p. 18.)

O comércio triangular consistia na saída de produtos manufaturados – tecidos e adornos – da metrópole em direção ao litoral africano onde eram permutados por escravos e seguiam para São Domingos, local em que os negros representavam à mola propulsora da produção açucareira. Posteriormente, os navios seguiam abarrotados do açúcar antilhano para ser refinado na França e, por conseguinte, contribuir no aquecimento do comércio interno. A essência de o comércio triangular era, pois, usufruir ao máximo os recursos das embarcações, evitando qualquer viagem ou incursão marítima com navios ociosos. Vale dizer que este comércio externo poderia ser bem mais valioso não fosse a derrota francesa na Guerra dos Sete Anos (1756-1763), cuja consequência mais grave foi a perda de colônias para a Inglaterra, como o Canadá e algumas possessões no subcontinente indiano: "(...) a guerra dos Sete Anos (...) foi ruinosa para os interesses mercantis e capitalistas da França (...)". (FLORENZANO, 1994, p. 31.)

Figura 24: Imagem acima ilustra o comércio triangular no qual a França estava plenamente inserida.
Fonte:http://www.historiabrasileira.com/files/2010/03/comercio--triangular.jpg
Acesso em: 05/04/2011.

O comércio interno foi estimulado pelo incipiente processo de industrialização, pelo bem sucedido comércio colonial triangular, pelo desenvolvimento da metalurgia em função da abundância de hulha e ferro e também pela obstinada busca de ostentação da nobreza que consumia grandes quantidades de artigos de luxo, favorecendo destarte, ao incremento da indústria têxtil voltada para vestimentas gerais: "(...) a indústria têxtil há muito joga um importante papel: seda em Lyon, algodão em Rouem e Mulhoues, Linho e cânhamo em Laval, lã em Sedan (...)." (TULARD, 1990, p. 19.)

Embora o comércio e a indústria fossem componentes relevantes do complexo econômico francês, a agricultura continuava como a base principal de sustentação da economia nos fins do século XVIII. A compreensão das relações de produção estabelecidas na agricultura passa pela definição de elas serem feudais ou capitalistas. Dado o caráter transitório da vida social, política e econômica deste período, pode-se dizer que coexistiram práticas típicas do Feudalismo medieval, como a corvéia senhorial, como também uma agricultura capitalista com mão de obra assalariada, personificada na figura do jornaleiro e arrendatário. Abordando essa questão, surgem linhas de interpretação divergentes.

> Na véspera da Revolução, a França apresentava uma estrutura sócio-econômica agrária e feudal. Agrária porque 80% da população (...) era camponesa. Feudal, porque a forma pela qual o trabalho era realizado (...) e a maneira pela qual os senhores se apropriavam do trabalho e do fruto do trabalho produzido pelos camponeses (...) implicavam na manutenção de usos e costumes (o conjunto das instituições jurídicas) cujas origens remontavam a Idade Média. (FLORENZANO, 1994, p. 16.)

> (...) por sua vez a massa de assalariados – esmagadora maioria da população rural – comporta de jornaleiros, empregados das fazendas, pastores, debulhadores que trabalhavam em granjas, vinhateiros e carreteiros (...). (TULARD, 1990, p. 21.)

Além das categorias citadas no campo ainda existiam outras classes, tais como os meeiros, pequenos proprietários e arrendatários. De qualquer forma, a despeito de divergências interpretativas do panorama econômico rural francês do antigo regime, podemos concluir, caros acadêmicos, que a agricultura era a principal riqueza do país. No entanto, em sua maioria não era do tipo capitalista, persistindo ainda usos e costumes feudais em seu seio. Pode-se falar, a partir de Skocpol, que esta agricultura inibia o desenvolvimento da indústria, pois retardava o aparecimento de um mercado consumidor devido ao baixo número de pessoas com rendimentos médios (SKOCPOL, 1985, p. 66). Conclui-se, então, que o setor dominante agrícola não era do tipo capitalista e era ainda marcado por muitas sobrevivências do feudalismo.

Figura 25: A França ainda era essencialmente rural no final do século XVIII.
Fonte: http://www.clickescolar.com.br/wp-content/uploads/2010/10/nocoes-de-periodizacao.jpg Acesso em: 06/04/2011

Apesar destas limitações, a produção agrária francesa se expandiu devido ao bom clima, à ordem interna e ao crescimento populacional. Além dos produtos de necessidade imediata, como os alimentos, a agricultura fornecia matéria para as manufaturas urbanas, como, por exemplo, o trigo, tabaco, uvas e lúpulo – usado na produção de bebidas.

3.4 Estruturas Políticas, Sociais e Religiosas

A França era, no século XVIII, governada por um rei absolutista, cuja autoridade emanava da Teoria do Direito Divino. A Dinastia Bourbon reinava a cerca de 200 anos com sua sede em Versalhes (construída especialmente para sediar a nobreza no final do século XVII) onde o soberano administrava com o auxílio de ministros, intendentes e subdelegados.

A suntuosidade da nobreza de Versalhes era uma referência em toda a Europa, como um exemplo clássico do Absolutismo. A grandeza despertava a admiração de todos os seus congêneres continentais. O Estado francês era dividido em províncias que, por sua vez, possuíam seus Parlaments. A reunião desses Parlaments constituía os Estados Gerais, instrumento este, praticamente em desuso há mais de um século, o que evidencia o caráter despótico dos governos Bourbon. O preenchimento dos cargos, no aparelho burocrático, era uma verdadeira fonte de recursos para a coroa. Para galgar uma posição, o pretendente despendia de vultosos recursos. Em contrapartida, ao ser investido na sua função, o funcionário gozava de um cobiçado *status quo* e de privilégios fiscais. Assim sendo, a obtenção de um cargo garantia riqueza e ascensão social ao indivíduo. Muitos elementos da burguesia eram atraídos pela venalidade da burocracia estatal.

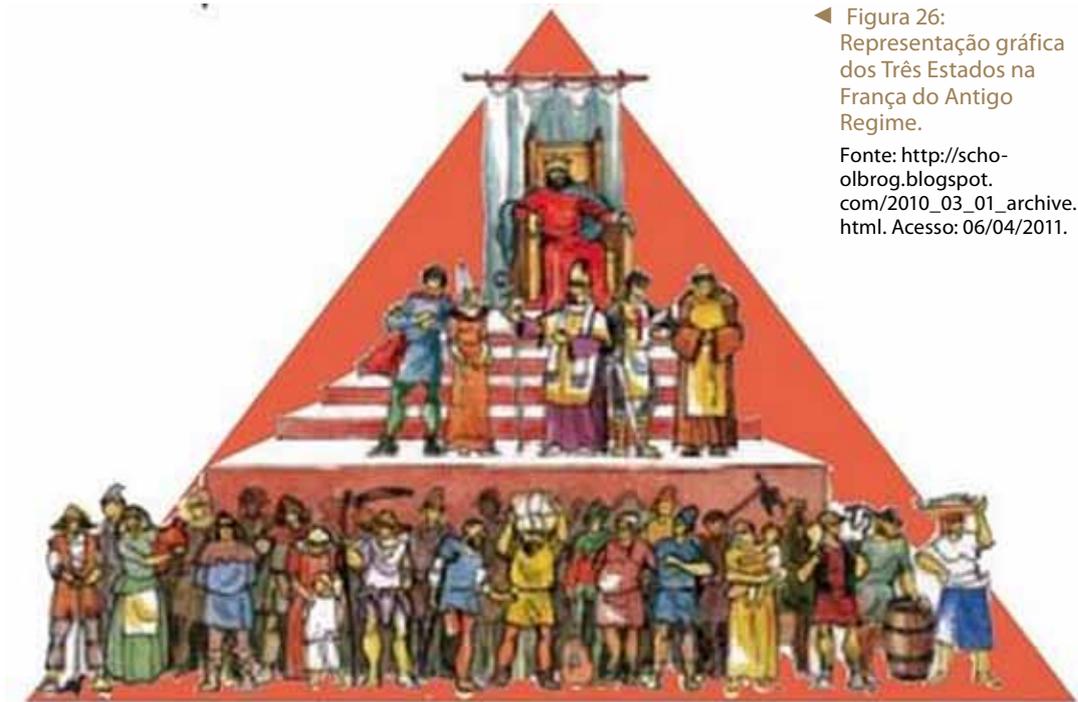
A política internacional francesa, dentro de uma perspectiva mercantilista, era extremamente agressiva chegando até certo ponto inconsequente, envolvendo-se, constantemente, em conflitos dispendiosos, agravando ainda mais um de seus mais sérios problemas: as dívidas. A Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e a Guerra de Independência Americana acarretaram perdas territoriais (diversas colônias), prejuízos morais (decréscimo do prestígio político Bourbon). A política econômica externa incorre em equívocos em pontos estratégicos, como o malfadado Tratado Éden-Rayneval firmado com a Inglaterra em 1786. Segundo tal Tratado a França abria seu mercado aos produtos têxteis britânicos. Em contrapartida, a Inglaterra facilitava a entrada do vinho francês no seu mercado: "(...) a França se vê assim, incapaz de suportar a concorrência de seu vizinho e sua indústria é fortemente abalada". (TULARD, 1990, p. 35.)

A sociedade era formada pelo sistema de ordens ou estamentos, a saber, Primeiro, Segundo e Terceiro Estados. Em linhas gerais, o Primeiro Estado era composto pelo clero, o Segundo Estado pela nobreza e o Terceiro pela burguesia e a população em geral. Convém assinalar, no entanto, que cada um desses se subdivide em diversos seguimentos.

O primeiro Estado se dividia, basicamente, em alto e baixo clero. Ambos gozavam de isenções fiscais. Ocorre que o alto clero tinha acesso a terra, tornando-se, por conseguinte um grupo de grandes proprietários. Já, o baixo clero tinha menos regalias e a falta de acesso a terra, já demonstrava a diferença de interesses dentro de um mesmo estamento. O Segundo Estado constituía-se pela nobreza que, por sua vez, se subdividia em nobreza togada, provinciana e cortesã. A primeira era formada, em grande parte, por burgueses que compravam o seu cargo. A provinciana, obviamente, vivia no interior e detinha grande poder sobre extensos latifúndios. A terceira vivia nos palácios, sustentados pelas benesses do Estado. Todos gozavam de privilégios, não pagavam impostos, viviam sob a proteção real e ainda orgulhavam-se do seu *status* de nobre.

Cerca de 90% da população estavam classificados no chamado Terceiro Estado. A composição desta parcela da população era bastante heterogênea, suas fileiras eram formadas por burgueses (comércio, indústria, profissionais liberais), artesão, operários, camponeses, pequenos proprietários, pequenos arrendatários, massa de desocupados urbanos e o remanescente de servos das várias facções dentro do Terceiro Estado. Era comum a todos as altas taxas de impostos para garantir as regalias do Clero e da Nobreza.

PARA REFLETIR

Os Filósofos, que em razão de suas ideias, acabaram virando verdadeiros ícones da Revolução Francesa, acabaram como Voltaire, Rousseau, Montesquieu, ainda em vida tiveram reconhecimento da sociedade francesa. Inspirados no ideal de vida dos Filósofos, muitos jovens migravam para Paris a fim de obterem sucesso com suas ideias e viverem das letras. Com esse objetivo produziam obras que nem chegaram a ser publicadas, mas que, apesar disso, tiveram grande número de leitores em seu tempo que consumiam esse tipo de literatura em versões manuscritas nos cabarés, tabernas e bordéis do subúrbio da capital francesa. Esta era uma realidade bem diferente do mundo dos livros e dos salões parisienses frequentados pela pequena elite intelectual francesa. Para saber mais a respeito: DARNTON, Robert. Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime. Tradução de Luis Carlos Borges. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

◄ Figura 26: Representação gráfica dos Três Estados na França do Antigo Regime.

Fonte: http://schoolbrog.blogspot.com/2010_03_01_archive.html. Acesso: 06/04/2011.

As relações de poder estavam sedimentadas a partir de uma lógica: os privilégios concentrados no Primeiro e Segundo Estados materializavam-se no alijamento do Terceiro Estado das esferas do poder. O Terceiro Estado tinha na burguesia o elemento catalisador dos seus anseios, sendo classe consciente, aproveitou-se do pequeno grau de instrução das outras estratificações sociais para se tornar, gradativamente, a liderança do Estado não privilegiado.

> (...) a burguesia, elemento dirigente do Terceiro Estado (...) empunhou as rédeas. Seus fins eram revolucionários: destruir o privilégio aristocrático, estabelecer a igualdade civil numa sociedade sem ordens, nem corpos. (SOBOUL, 1982, p. 30-31.)

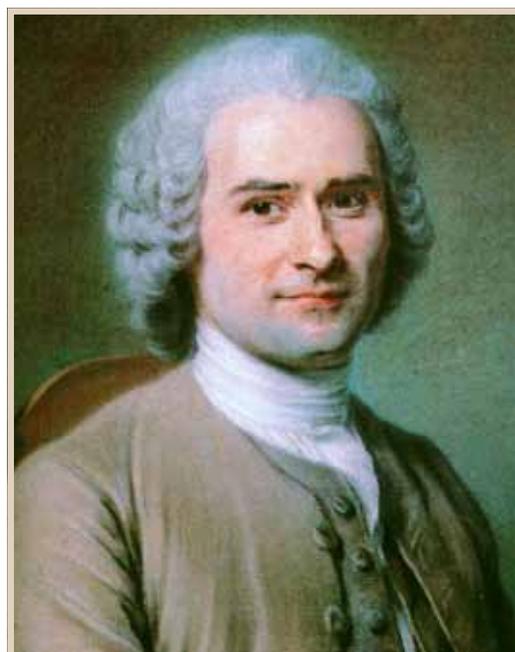



Figura 27: Jean Jacques Rousseau - Autor de O Contrato Social, cujas ideias irão influenciar decisivamente àqueles que faziam parte do Terceiro Estado. ►

Fonte: http://www.estacaoliberdade.com.br/autores/rousseau.jpg Acesso em: 06/04/2011

As proposições filosóficas de Rousseau, Diderot, Montesquieu, D'alambert e Voltaire, encontram reforço no meio de quem sempre fora vítima de uma estrutura absolutista negadora dos valores humanistas. O Terceiro Estado, liderado pela burguesia, no âmbito econômico, reivindicava a abolição dos obstáculos que se colocavam ao desenvolvimento das atividades capitalistas. Neste contexto, o ideal liberal propagado principalmente, na obra de Adam Smith, A Riqueza das Nações é o elemento "sedutor" de uma burguesia já indignada com a política intervencionista estatal, principal característica do sistema absolutista.

A Igreja unida ao Estado exercia grande influência na sociedade. Cabia ao clero a coordenação das atividades educacionais e religiosas, por meio delas exercia seu poder de dominação ideológica. Os membros do Alto Clero gozavam de regalias dentro das esferas do Estado Absolutista. As origens dos privilégios remontavam à Idade Média quando a Igreja Católica conseguiu concentrar um terço das terras europeias, tornando-se uma grande proprietária de terras. Dado o caráter semifeudal e absolutista do Estado francês tal ordem se mantinha e o clero (Primeiro Estado no regime vigente) usufruía de extensos privilégios.

Vale a pena considerar, caros alunos, interpretações como a de Skocpol que analisa a classe dominante do antigo regime na França,

a partir de suas interações com o Estado absolutista. Para esta autora, era o Estado que criava a classe dominante a partir da distribuição de cargos e da manutenção da estrutura agrária tradicional, ou seja, era o aparelho estatal que assegurava as vantagens dos grupos dominantes. Assim, a elite da França setecentista provinha tanto de elementos aristocráticos típicos do segundo Estado, quanto de um grupo não-nobre, enriquecido que ascendia mediante a compra de um cargo (SKOCPOL, 1985, p. 68).

3.5 A Revolução

A Revolução Francesa foi um conjunto de manifestações de desenvolvimento de setores sociais com interesses conflitantes, cujas diretrizes oscilavam entre uma moderação conciliadora (Girondinos) e uma ditadura Jacobina (Época do Terror).

Dados os múltiplos avanços e retrocessos, a participação popular é perceptível em todos os aspectos, ora de forma espontânea, como nas Jornadas Populares que culminaram com a tomada da Bastilha, que era a representação física dos desmandos e repressão do Estado Absolutista; ora persuadida a fazer o jogo de interesses burgueses, característica explícita na atuação popular nos Comitês de Salvação Pública, organizados pelos Montanheses (Jacobinos) que contavam com a maciça adesão dos Sans Cullotes. Embora a participação popular tenha sido decisiva nas idas e voltas do processo revolucionário, as rédeas intelectuais e ideológicas eram controladas pela burguesia que vai chegar ao poder via apoio popular. Uma vez instalada no poder, essa classe consegue atingir seu objetivo: galgar o poder político, visto que já possuía o poder econômico, sem permitir as transformações sociais almejadas pelas classes populares, apesar das mesmas terem sido a força motriz da Revolução.

Jacobinos: "Formados por gente de quase todas as classes, os clubes jacobinos que se espalharam pela França, a partir de 1789, chegaram a ser mais de 400 em 1791. [...] As origens sociais dos seus integrantes eram as mais variadas possíveis. No interior era comum ter entre eles gente rica. Em Paris, na sua primeira fase, parecia um clube de letrados, de deputados e de artistas; [...] Nem por isso os jacobinos deixavam de abrir uma sala aos trabalhadores para que lhes explicassem a Constituição. As mulheres dos operários e dos sans-culottes também tinham um espaço. Talvez por isso, por tal indefinição social, não tivessem eles a coesão dos partidos ideológicos contemporâneos. Havia, porém, denominadores em comuns entre os seus quadros. [...] Devotos da causa pública, dos princípios de 1789, atuavam como uma espécie de promotores públicos, tudo controlando, tudo vigiando, tudo denunciando. [...] Nada escapava do seu olho atento, "o olho da revolução", exigindo das autoridades medidas imediatas contra o que lhe apreciam ser contra-revolucionário ou contemporizador para com a aristocracia. A denúncia passou a ser para eles um dever cívico, devassando com seus olhar de suspeição qualquer sinal de tibiez revolucionária, qualquer falta de firmeza das novas autoridades, qualquer hesitação ou ambigüidade frente ao inimigo. [...] O clube teve grandes oradores. Mirabeau e Lameth, na primeira fase, Brissot, Danton e Robespierre depois. Mas qual programa defendiam? Depois do expurgo do chamado "triunvirato", dos três fundadores do clube - Barnarve, Duport e Lameth (que fundaram o clube do Feuillants, numa dissidência que teimava em ainda sustentar a legalidade monárquica constitucional mesmo depois da fuga do rei em 1791), seguida da expulsão de Brissot, que se foi para o lado dos girondinos, o clube foi dominado pela oratória republicana e revolucionária de Maximilien Robespierre."

Fonte: http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/jacobinos2.htm
Acesso em: 31/05/2011

DICAS

Assista ao filme "A Queda da Bastilha" baseado no romance de Charles Dickens, "A Tale of Two Cities", a Queda da Bastilha, 1935 (102 min), teve direção de Jack Conway e conta a história de dois homens que se apaixonam pela mesma mulher em meio aos conturbados anos da Revolução Francesa. Elabore uma resenha do filme enfatizando os atos da Revolução Francesa que levaram à Queda da Bastilha.

GLOSSÁRIO

Sans Cullotes: A expressão sans-cullotes tem origem francesa e era utilizada para quem não utilizava um tipo de calça curta típica do vestuário dos nobres e burgueses que tinham boa vida. Inicialmente, visto como elemento de distinção social, os sans-cullotes usavam calças compridas e boinas vermelhas. Em geral, representavam os pequenos comerciantes, artesãos, assalariados e mendigos do país.
No contexto da revolução, os sans-cullotes passaram também a simbolizar os grupos políticos que defendiam o aprofundamento das reformas políticas e a tomada de ações de natureza popular.

Fonte: http://www.brasilescola.com/historiag/sansculottes.htm
Acesso em: 28/07/2011

ATIVIDADES

Um dos fortes motivos que fez deflagrar a Revolução Francesa foi o fato dos nobres não pagarem impostos, ou seja a cobrança dos tributos era feita de forma desigual. Atualmente, você acredita que existe uma desigualdade tributária no Brasil, ou seja, que a população, de uma maneira geral, paga a maioria dos impostos e que uma minoria mais privilegiada paga menos tributos? Justifique sua opinião.

3.6 A Crise

Para compreender a crise que vai desencadear as diversas fases da revolução, é necessário estudar o movimento fiscal do Estado, ou seja, a situação orçamentária das finanças reais, a capacidade de arrecadação e o destino dado a essas receitas.

O aparelho fiscal atuava fundamentalmente sobre os não-privilegiados, a saber, camponeses, arrendatários e trabalhadores pobres em geral. Os tributos eram recolhidos de duas maneiras: direta e indireta. Na primeira forma destacam-se os dízimos (pago ao clero), as corvéias, a vintena (pago ao Estado) e a talha. No segundo caso, temos a taxação sobre a circulação e mercadorias, sobre salários e assemelhados.

O Primeiro e Segundo Estados constituíam os privilegiados e, por essa razão, não desejavam reformas num sistema fiscal e econômico que os satisfaziam plenamente. Além de estarem isentos, tinham a seu serviço toda uma legislação favorável ao recebimento de diversos "direitos" senhoriais, como o censo (uma taxa em dinheiro); a Jugada (taxa paga em espécie) e os serviços pessoais ou reais. De todos os segmentos, o mais explorado era os camponeses que constituíam a maior parte da população: cerca de 20 milhões pagavam ao clero, o dízimo, ao Estado, a talha (imposto per capita) e taxas feudais à nobreza. Tal situação explica o descontentamento dos camponeses, como exemplo, podemos citar a ilustração presente em um autêntico quadro do período, mostrando o camponês curvado carregando em suas costas o rei e o nobre.

Figura 28: A nobreza estava isenta do pagamento de impostos, em contraste com os camponeses que eram duramente taxados.

Fonte: http://marcoselopes.sites.uol.com.br/ancien_regime.jpg Acesso em: 05/04/2011.

As despesas do Estado Absolutista eram enormes e diversas. Porém, contradizendo uma interpretação corrente e errônea, não eram as despesas da corte com suas extravagâncias e suntuosidade que consumiam o grosso da receita. Segundo o historiador Eric J. Hobsbawm, na célebre obra *A Era das Revoluções*, as despesas da corte significavam apenas 6% em relação ao todo das despesas. Então, onde a Monarquia francesa gastava tanto a ponto de tornar o seu orçamento deficitário? (HOBSBAWM, 1977.)

O grosso das receitas servia para financiar os conflitos externos que a Monarquia Bourboun se envolvia frequentemente como as já citadas Guerras dos Sete Anos e a da Independência norte-americana.

> O orçamento de guerra não pára de crescer: sessenta milhões em 1740, 106 milhões em 1788, pois as últimas operações foram, na maior das vezes, marítimas ou distantes acarretando despesas consideráveis. A guerra da América sozinha custará quase dois bilhões. (TULARD, 1990, p. 27.)

Somam-se a isso, os gastos dispendiosos da Monarquia Francesa no exercício diplomático sempre financiando agressões militares de outras nações o que acarretava direta ou indiretamente benefícios ao estado francês. Exemplo cabal dessa política é o financiamento francês às tropas suecas na Guerra dos 30 anos. A corrupção, enraizada na estrutura administrativa do Estado Absolutista francês, vai chegar a ponto do Estado manter diversas pensões que afrontavam todo e qualquer senso de ética e justiça. O governo baseado numa autoridade incontestável se resguardava o direito de conceder auxílio financeiro a pessoas que, na sua ótica, contribuíram na permanência de uma concepção de poder voltada para poucos.

É a partir da compreensão desses fatos, confirmados ainda pelo pagamento dos juros que consumiam quase 50% das despesas correntes segundo Perry Anderson, é que consolidam uma linha de pensamento que atesta a crise moral do estado francês que através de práticas como as citadas acima evidenciam o trato da "coisa pública", como algo privado (ANDERSON, 1985.). Beneficiar banqueiros, amigos das cortes, se torna regra de comportamento equivocado para aqueles que se intitulam gestores do público.

> A estrutura fiscal administrativa do Reino era tremendamente obsoleta (...) a tentativa de remediar a situação através das reformas de 1774 e 1776 fracassou (...) a vitória contra a Inglaterra foi obtida a custa da bancarrota final, e assim a Revolução Americana pôde proclamar-se a causa direta da Revolução Francesa (...), os gastos excediam em pelo menos 20% das receitas e não havia quaisquer possibilidades de economias efetivas (...). A guerra Americana e sua dívida partiram a espinha da Monarquia. (HOBSBAWM, 1977, p. 76.)

Curiosamente, a única guerra que a França travou contra a Inglaterra e saiu vitoriosa foi responsável pela bancarrota que levou ao início da crise revolucionária. É claro que, ao longo do século XVIII, as várias guerras que envolveram o país acarretaram enormes custos que só foram obtidos mediante o endividamento da monarquia. Conforme vimos, o sistema tributário francês era deficitário e grande parte da receita era consumida para o pagamento de juros. Os ministros das finanças tentaram remodelar o aparelho fiscal taxando os privilegiados. Uma grande resistência dos grupos privilegiados se formou, entrincheirada nos parlements: corporações que funcionavam como tribunais e que representavam o poder aristocrático. Por tradição, eles possuíam o direito de protestar contra as medidas que considerassem violar as práticas consuetudinárias do reino. Além disso, conseguiram reunir o apoio de diversos setores da sociedade, inclusive entre os não privilegiados, contra as propostas ministeriais de reforma (SKOCPOL, 1985, 73).

O dilema fiscal francês levou o ministro das finanças Callone a convocar uma assembleia dos notáveis para apresentar a situação e tentar uma solução para a crise. Os notáveis rejeitaram a tentativa de adotar um imposto sobre as terras. Após a queda do ministro, o parlament de Paris exigiu a convocação dos Estados Gerais que, em meio ao caos administrativo e militar, se revelou impotente e acabou desencadeando a revolução. Para Skocpol, o processo de constituição dos Estados Gerais desencadeia conflitos de interesses e princípios. Veremos, a seguir, como a classe dominante vai se dividir em relação aos limites do absolutismo e a questão da representatividade. (SKOCPOL, 1985, 77).

3.7 Os Estados Gerais

Entende-se por Estados Gerais, a instância política composta pela união dos três estamentos da sociedade francesa: clero, nobreza e burguesia. A composição da representatividade dos estamentos era a partir das eleições nas Assembleias Provinciais, responsáveis pela escolha dos deputados de cada ordem. O caráter de sua convocação era sempre em situações emergenciais, sendo que, na maioria das vezes em que fora convocado, o mesmo tinha como intuito respaldar a política externa da monarquia. Porém, a sua convocação na conjuntura pré-revolucionária é proporcionada pela pressão dos setores aristocráticos, cônscios de que por meio dessa instância encontrar-se-ia a solução para os graves problemas econômicos franceses, desde que a solução

destes não acarretasse prejuízos aos seus interesses. A lógica das decisões tomadas nos Estados Gerais perpassava pela votação por estamentos, dessa forma era incontestável a força da aristocracia na aprovação das preposições que lhes fossem convenientes.

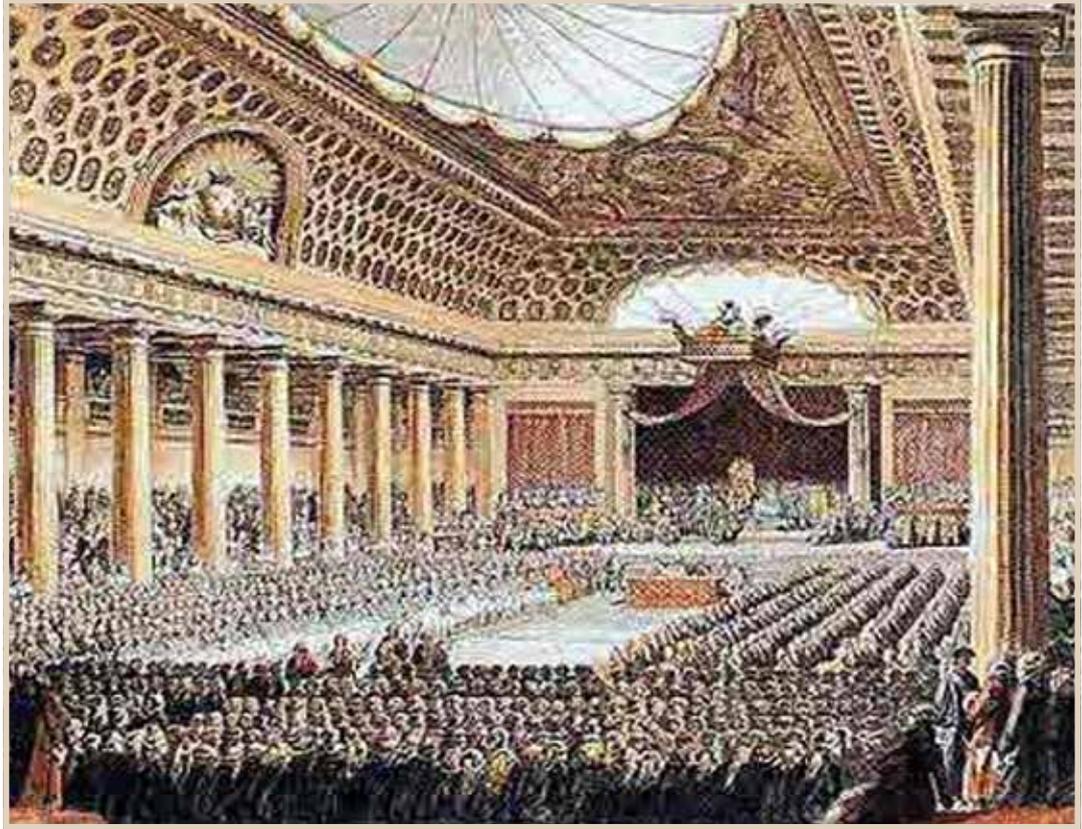



Figura 29: Reunião dos Estados Gerais, na França, em 1789.
Fonte: http://www.algosobre.com.br/images/stories/historia/revolucao_francesa_02.jpg Acesso em: 06/04/2011

Na abertura dos Estados Gerais, o Terceiro Estado reivindica que as decisões ali construídas surgissem a partir da votação não por ordem, mas individual: a burguesia defendia o voto "por cabeça". Para tanto, reivindicava o aumento do número de deputados que a representaria.

O rei desempenhava o papel de um árbitro de posições tendenciosas, com a pressão dos setores privilegiados (leia-se aristocracia), concede o aumento do número de deputados à burguesia a partir de gestões de Necker, porém ratifica o compromisso com a aristocracia ao determinar a votação por Estado. Essa resolução, que representa a clara subestimação do valor e importância do Terceiro Estado, é o marco agravante da insustentabilidade dos Estados Gerais, já que a burguesia, consciente de sua hegemonia e força política junto ao grosso da sociedade francesa, esvazia a reunião dos Estados Gerais declarando-se em Assembleia Nacional Permanente encontrando respaldo inclusive em parte dos integrantes do Baixo Clero. Com a decisão do Terceiro Estado em se declarar em Assembleia permanente, o rei Luiz XVI vai tentar através da força desencadear uma repressão que não vai ser levada a termo pelo fato de suas tropas já não estarem mais sintonizados com as prerrogativas absolutistas dos Bourbons. Além do mais, o Terceiro Estado declara a imunidade dos membros da Assembleia.

Finalmente, o rei cedeu, outros estamentos somaram-se à burguesia e inicia-se, por meio da Assembleia Nacional Constituinte, a formulação de uma constituição para a nação francesa.

3.8 A Assembleia Nacional Constituinte

Enquanto o debate político em prol da elaboração da Carta Magna se arrastava na Assembleia, nas ruas e praças de Paris o povo radicalizava as suas manifestações exigindo profundas transformações estruturais. Paralelamente a isso, as milícias populares se armavam e passavam

a agir contra as micro-representações do poder constituído. Exemplo clássico disso foi a tomada da Bastilha por essas milícias, o que configura a força e coesão das massas populares na radicalização e emergência do movimento revolucionário.

> As jornadas populares de Julho (...) transformaram o que até então era uma reforma em revolução. Com efeito, até o momento, a burguesia, atuando através da Assembléia procurava manter-se no plano estritamente jurídico-legal. (FLORENZANO, 1994 p. 39.)

O reflexo das ações populares em Paris provocava reações em cadeia no interior francês. É o Grande Medo, caracterizado pelo anti-senhorialismo, pelo saque a castelos, armazéns e celeiros.

> A revolta camponesa ao destruir a propriedade feudal, ameaçava destruir a propriedade em geral, ou seja, da própria burguesia. Por isso, a burguesia para controlar as massas populares organizou desde a primeira hora da revolução (...) uma Guarda Nacional (...) para sustar a Revolução Camponesa fez votar (...) a extinção do velho regime. (FLORENZANO, 1994 p. 41.)

Destaca-se ainda, na fase da Assembleia Nacional Constituinte, além da supressão dos privilégios feudais, a Declaração Universal dos Direitos do Homem que trazia, em sua essência, o conjunto de princípios gestados no movimento das Luzes e que personificavam o ideal liberal capitalista, já que omitia questões de importância capital, como, por exemplo, a questão da escravidão, o direito ao trabalho, a igualdade entre os sexos e o sufrágio universal.

Ao relutar em aprovar a Declaração, o rei contribuiu no crescimento e fortalecimento da mobilização popular que trouxe como consequência o abandono por parte do monarca do Palácio de Versalhes em direção a cidade de Paris.

3.9 A Constituição de 1791

São características básicas do texto constitucional promulgado após as discussões da Assembleia Nacional Constituinte:

- A instituição do voto censitário;
- Extinção de privilégios senhoriais e eclesiásticos;
- Separação da Igreja e do Estado;
- Confisco dos bens do clero sem indenização;
- Criação da assignate (papel moeda);
- Regulamentação da igualdade civil.

Analisando esse conjunto de leis, pode-se dizer que, em linhas gerais, ele instituiu uma Monarquia Constitucional, na qual o rei exercia o poder executivo com prerrogativas limitadas pela Assembleia. Exemplo dessas limitações foi o fato da Constituição conceder ao soberano apenas o veto suspensivo ao invés do veto absoluto. Seriam atribuições do monarca, ainda, nomear e exonerar ministros, chefes militares e embaixadores. No item confisco de terras eclesiásticas, a Magna Carta beneficiou a classe burguesa, que detinha capital para adquiri-las. Esse anticlericalismo constitucional provocou reação papal que excomungou a revolução e ocasionou adesão maciça do clero ao movimento contra-revolucionário.

3.10 A Monarquia Constitucional

A postura do Rei Luís XVI era dúbia, pois relutava em aceitar a Constituição enquanto organizava uma fuga: grande parte dos nobres já havia emigrado levando consigo tudo o que podiam como relíquias e jóias. O projeto de fuga foi levado a efeito, no entanto, o resultado foi desastroso. O monarca foi reconhecido na fronteira franco-germânica e foi obrigado a retornar a Paris. A malograda fuga desencadeou o movimento republicano dentro da Assembleia. Por um lado a alta burguesia – partidária da Monarquia Constitucional – aceita

perdoar Luís XVI e condiciona para tal que o rei faça juramento à constituição, por outro lado a ala jacobina exigia a abdicação de Luís XVI acusando-o de traidor e de estar solicitando a invasão estrangeira para derrotar a revolução. O resultado dessa disputa é o juramento prestado pelo rei à Constituição, tal como queria a alta burguesia. Tal fato causou um grande impacto sobre a sociedade, "a passagem do representante de Deus na terra a funcionário público ocorreu de modo tão rápido que seria impossível não chocar". (TULARD, 1990, p. 109.)

Enquanto isso, os emigrados nobres se articulavam na tentativa de invadir a França e retomar o poder. As nações europeias monarquistas se inquietavam com os rumos da Revolução e a ideia de uma guerra contra-revolucionária passou a unir emigrados e inimigos externos.

Neste contexto, a Assembleia declara guerra à Áustria, que se armava fortemente e protegia os emigrados. A guerra visava aliviar as tensões internas e eleger um inimigo comum contra o qual todas as forças nacionais lutariam juntas. Dada a iminência da guerra, a Assembleia suspendeu, temporariamente, os poderes do Rei. Em Paris, os movimentos populares se agitavam com destaque para a Comuna de Paris, que assumiu o controle dessa cidade e se preparou para combater o inimigo externo. O poder da Comuna depôs Luís XVI. Dentro dela os Sans Culottes exerceram papel fundamental. Todos esses fatos fizeram crescer a simpatia pela República e o descrédito na Monarquia. A radicalização popular foi o prenúncio da chamada Era do Terror. Os primeiros massacres (de padres reacionários, presos comuns e outros) ocorrem já em setembro de 1792. A Comuna de Paris (liderada pelos Jacobinos) assumem o controle de Paris, decreta o fim da Monarquia, adota a República e convoca eleições para a Nova Assembleia Constituinte.

3.10.1 A Convenção Nacional

A Convenção Nacional, iniciada em setembro de 1792, compunha-se de 750 deputados. Todos eram favoráveis a revolução. Uma minoria, à esquerda, seguia os Jacobinos ou Montanheses. A maioria, ao centro ou à direita, seguia os Girondinos. Os Girondinos eram liberais, representavam os interesses da alta burguesia, dos banqueiros, comerciantes e armadores. Desde a Monarquia Constitucional, eles já davam a revolução por encerrada. As reformas jurídico-legais já contemplavam os projetos de dominação política da burguesia, que a esse ponto já trabalhava para deter o avanço popular e proteger suas propriedades. Por essas razões, é compreensível a postura moderada da Gironda na Convenção. Os Jacobinos eram democratas, representavam os interesses da classe média, a pequena burguesia, profissionais liberais, funcionários, lojistas e outros. Sua postura mais radical explica-se dada a insatisfação de seus representados que ainda não se sentiam beneficiados pelas reformas moderadas até então executadas. Além disso, os Sans Cullotes, grande força pró-jacobina urbana, com suas propostas radicais, exerciam forte pressão sobre seus representantes.

Outra diferença entre Jacobinos e Girondinos é que os primeiros eram Centralistas em razão de seu grande prestígio entre os Sans Cullotes de Paris. Os segundos eram Federalistas por possuírem expressivo apoio nas províncias, onde se situavam suas bases.

Por ter maioria na Convenção, os Girondinos assumiram o novo governo. Um fato importante nesse momento foi a vitória das forças francesas sobre os exércitos franco-prussianos e emigrados em Valmy – lugarejo na fronteira franco germânica. Essa vitória repercutiu positivamente nos ânimos dos revolucionários, ainda mais, nas ideias de Nacionalismo e Patriotismo. A política girondina era contraditória. Adotava uma política externa agressiva e revolucionária expansionista provocando a reação das outras nações monarquistas. No plano interno, eram extremamente moderados, não atendiam ao clamor popular por mudanças. Os girondinos queriam manter os problemas externos desvinculados dos internos, o que era completamente inexequível.

As exigências populares, principalmente dos sans culottes, por tabelamento e controle de preços, o uso do terror contra especuladores e traidores, eram rechaçadas pela Gironda. Os camponeses reivindicavam a abolição completa dos restos do feudalismo e os mais radicais exigiam lei agrária e a divisão e distribuição de propriedades gratuitas. A política hesitante dos girondinos era incapaz de atender a todas essas exigências, para tal eram necessárias intervenções na economia e sociedade, coisa que os intransigentes preconceitos liberais não permitiam. A convenção, sob a liderança girondina, realizou o processo e execução de Luis XVI (os girondinos estavam divididos quanto à execução, uns defendiam-na de imediato, outros procuravam adiá-la ou até não fazê-la. Já os Jacobinos fecharam a questão pela execução imediata) em janeiro de 1793.

A primeira coalizão estrangeira (Áustria, Prússia e Inglaterra) formada para derrotar a revolução, tem como motivos principais a política externa belicosa dos girondinos e o temor decorrente da execução de Luís XVI.

Destaca-se, neste momento, o Comitê de Salvação Pública de Paris – criado pela Convenção por pressão dos jacobinos e sans culottes – eram encarregados da defesa interna e externa da revolução. Á medida que se acentuava a fraqueza e inoperância da gironda aumentava o poder e a mobilização do comitê parisiense. Nesse clima de instabilidade política e econômica e a indecisão da Gironda frente às exigências do Comitê, acrescida das pressões externas às portas da França, tornavam a situação insustentável e o Comitê liberado pelos jacobinos assumiu a direção do país, depondo os girondinos. A conjuntura social, política econômica do país que os jacobinos passaram a governar, é marcada pelo impulso do movimento popular fomentado pela carestia e penúria. Saliente-se também que os girondinos ainda dominavam grande parte das províncias e, por outro lado, a sublevação de caráter monarquista, católico e reacionário em Vendéia criava graves problemas para o governo Jacobino.

> O impulso popular mantém-se forte até o outono de 1793. Arrancou à Convenção, à qual repugnava, e a seus reticentes comitês as grandes medidas revolucionarias: em 5 de setembro, o terror é posto na ordem do dia, em 11 de setembro é adotado o Maximium nacional dos cereais (...); em 24 de setembro é instituído o máximo geral, isto é, a economia dirigida (...) a oposição popular extremada foi liquidada na pessoa dos famosos; o silêncio foi imposto na convenção quando do grande debate de 25 de setembro; descristianização foi detida em seis de setembro pelo solene retorno a liberdade de culto (...).(SOBOUL, 1982, p. 69.)

Além do confisco das terras dos emigrados, sendo as mesmas vendidas aos camponeses a baixo custo, numa louvável estratégia na busca de apoio nas províncias interioranas, foi decretada também a abolição da escravidão nas colônias. O comitê firmou-se na condução dos problemas políticos, colocando sob suas ordens os ministros, a criação do comitê de finanças e o comitê da segurança geral que era, na verdade, a milícia jacobina. As ações políticas militares da classe dirigente jacobina se caracterizavam ainda pelos sucessos internos, na perseguição e extermínio dos "reacionários", supressão e erradicação dos movimentos opositores e externamente sob o comando de Rouchê e Jordam o diversificado exército francês – composto por militares e civis – venceram a primeira coalizão numa admirável demonstração de força e disposição em consolidar os ideais revolucionários.

A Época do Terror, que se estendeu de setembro de 1793 a julho de 1794, foi, pois, um período de radicalismo e intolerância. Um dos instrumentos legais que caracterizavam o estado de exceção foi à lei promulgada em 17 de setembro de 1793. Segundo a lei, todas as pessoas que tivessem tido ligação com os governos bourbons e com os girondinos estavam sujeitas às perseguições e represálias. Estima-se em 20 mil mortos em toda a França no período anteriormente analisado.

Os líderes da Revolução, entre eles Danton e Herbert, foram trucidados pela "intourage" de Robespierre – o líder maior dos jacobinos, denominado "o incorruptível".

Figura 30: Cartaz do filme "Danton" com o ator francês Gerard Depardieu. Filme que retrata a fase do Terror da Revolução.

Fonte: http://nnoticia.files.wordpress.com/2008/09/danton-poster02.jpg Acesso em: 05/04/2011.

Mesmo Robespierre, com a decadência do governo jacobino materializada no Golpe do Nono Termidor, foi executado: no Nono Termidor, pelo calendário revolucionário 27 de julho de 1794. A Convenção derrubou Robespierre, no dia seguinte, ele, juntamente com Saint-Just e Couthon, foram executados, e o mesmo ocorreu alguns dias depois com 87 membros da Comuna de Paris. (HOBSBAWM, 1977, p. 90.)

Assim, os Girondinos foram reintegrados ao poder ao passo que os jacobinos foram desalojados das esferas dirigentes.

GLOSSÁRIO

Intourage: reduzido número de pessoas que vivam em torno do rei na corte. A expressão é usada aqui como sinônimo do grupo próximo de Robespierre.

3.10.2 Diretório

O Diretório que se iniciou encarregou-se de redimensionar os destinos políticos da França, ao extinguir as medidas populares do período jacobino, substituindo-as por medidas que configuravam o conservadorismo social e o liberalismo econômico, patentes na Nova Carta Magna de 1795 do Ano II da Revolução. Foram também resoluções desta constituição: a formação de um Sistema Eleitoral Censitário, criação do Corpo Legislativo Bicameral (Câmara Baixa ou Conselho dos Quinhentos, e um Senado ou Conselho dos Anciãos), instituía um poder executivo composto por cinco homens (que era o Diretório propriamente dito). Os cinco membros eram escolhidos pelo Conselho dos Anciãos, após exame de uma lista de dez nomes elaborada pela Câmara Baixa. Ratificava a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão e instituía os deveres do cidadão.

Caracterizou ainda, o período do Diretório, a corrupção, o cinismo e a moderação político-ideológica. "A grande franqueza dos termidorianos era que eles não desfrutavam de nenhum apoio político (...) espremidos como estavam entre uma revivida reação aristocrática e os pobres sansculottes da Paris (...)" (HOBSBAWM, 1977, p. 90.). O comportamento político dos girondinos frente ao Diretório é marcado ainda pela crise monetária, dilapidação da economia, crise fiscal e aumento da inflação.

Embora o Diretório houvesse assinado o Tratado de Paz com algumas nações na primeira coalizão, a Áustria continuava sozinha na luta contra a França. Coube ao jovem Napoleão Bonaparte, a missão de comandar o exército francês na guerra contra a Áustria em terras da Itália. Após a sucessão de batalhas que culminam com a vitória napoleônica foi negociado o Tratado de Campoformio, em condições amplamente vantajosas para a França. Esse Tratado foi recebido com muito entusiasmo e culminou na ampliação do prestígio político do general Bonaparte, fato muito bem explorado pelo mesmo e por seus partidários. Há ainda que ressaltar o estado de desgaste e desprestígio do Diretório como fatores preponderantes na ascensão napoleônica, materializada no golpe do 18 Brumário. Golpe este patrocinado pela burguesia com dificuldades em gerir os problemas sociopolíticos e econômicos da sociedade francesa, e que via nas ações personalistas do jovem general o único meio na busca da consolidação das ideias revolucionárias numa perspectiva burguesa.

A análise racional da Revolução Francesa nos permite concluir que a mesma foi um momento importante, viabilizadora da transição da feudalidade para o capitalismo, o indicador da clássica formação da consciência liberal. A sua heterogeneidade é caracterizada no antagonismo das forças expoentes que se alternaram no comando do processo revolucionário. A ajuda pelas conquistas, no âmbito dos direitos humanos e na difusão dos ideais iluministas, a revolução por si só atrai o respeito e consideração da historiografia contemporânea, devido ao seu incontestável valor histórico, propiciador de análises diversas, que se unificaram no reconhecimento da mesma, como sendo uma fonte irradiadora da consciência liberal-capitalista que ainda influencia as relações no nosso mundo contemporâneo.

DICAS

Assista ao filme "Danton, o processo da revolução". O drama histórico conta a luta de Danton, um dos líderes da Revolução Francesa, contra o regime de terror que se instaurou na França após o processo revolucionário. Sua postura o leva, inevitavelmente, a entrar em choque com o antigo aliado, Robespierre. Sem sucesso, Danton acaba sendo levado a julgamento. O filme contou com a direção de Andrzej Wajda, 1983 (136 min). Após ver o filme, junto a seus colegas, defenda ou condene Danton em uma espécie de júri no fórum online.

3.11 Referências

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

FLORENZANO, Modesto. **As Revoluções Burguesas.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções.** Europa, 1789-1848. 3ª ed. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SKOPCOL, Theda. **Estados e Revoluções Sociais.** Análise comparativa, da França, Rússia e China. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

SOBOUL, Albert. **A Revolução Francesa.** São Paulo: Difel, 1982.

TULARD, Jean. **História da Revolução Francesa – 1789-1799.** Rio de Janeiro: Paz e Terrra, 1990.

Resumo

Na primeira unidade, em um primeiro momento, tratamos da abordagem do pensamento iluminista, de seus significados, sua temporalidade e origens. Além disso, também foram destacadas as origens sociais dos iluministas, a emergência da secularização e do racionalismo na sociedade europeia, bem como o advento da Enciclopédia, considerada um dos grandes marcos do iluminismo. Ainda nesta unidade, em um segundo momento, identificamos o fenômeno do Despotismo Esclarecido, seus limites e alcances nos Estados Europeus da Áustria, Rússia, Portugal, Espanha e Prússia.

Na segunda unidade, abordamos o tema da Revolução Industrial, seu significado, suas fases e seu significado. Foram identificados os principais antecedentes históricos e, principalmente, os fatores que levaram ao pioneirismo da Inglaterra. A emergência da ferrovia e da indústria de ferro e aço foi contextualizada mostrando a importância desse setor para a expansão do capitalismo nos diversos continentes do globo.

Na terceira unidade, tratamos da temática relacionada à Revolução Francesa e seus antecedentes. Inicialmente, contextualizamos as estruturas políticas, sociais e econômicas da França pré-revolucionária, bem como da política externa dos Bourbons e da fragilidade de seu aparelho fiscal. Foram identificados as principais fases do processo revolucionário, os grupos sociais e políticos e sua participação no evento revolucionário.

Referências

Básicas

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando:** introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 1995.

BURKE, Edmundo. **51 Reflexões sobre a revolução em França.** Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

FALCON, Francisco José Carlazans. **Iluminismo.** São Paulo; Ática, 1994.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem.** Rio de Janeiro, 1986.

JUST, Saint. **O Espírito da Revolução e da Constituição na França.** São Paulo: UNESP, 1989.

Complementares

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista.** 2 ed. Tradução de Beatriz Sideau. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **A Revolução Industrial.** 3ª ed. São Paulo: Ática, 1994.

BOSCHI, Caio César. **Administração e administradores no Brasil pombalino:** os governadores da Capitania de Minas Gerais. Tempo. Dossiê: Política e Administração no Mundo Luso Brasileiro. *Tempo*, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Historia da UFF. Vol. 7, nº 13, Jul. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2002.

BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento:** de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

DECUZZI, Caio Rabello. **A luz dos ideais:** O Despotismo Esclarecido como plano político. Revista de Intenção e Debate Acadêmico. Ano 1, nº 1, p. 20-31, julho de 2009.

DEYON, Pierre. **O mercantilismo.** São Paulo: Perspectiva: 1973.

FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina.** (Política Econômica e Monarquia Ilustrada). São Paulo: Ática, 1982.

FALCON, Francisco José Calazans. **Iluminismo.** 4ª ed. São Paulo: Ática, 2004.

FLORENZANO, Modesto. **As Revoluções Burguesas.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

FORTES, Luiz Roberto Salinas. **O Iluminismo e os Reis Filósofos.** 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções.** Europa, 1789-1848. 3ª ed. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

IGLÉSIAS, Francisco. **A Revolução Industrial.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

MANTOUX, Paul. **La Rivolucion Industrial en el siglo XVIII.** Ensayo sobre los comienzos de la gran industria moderna in Inglaterra. Prefacio de T. S. Ashton. Traucción de Juan Martin. Madrid: Aguilar, 1962.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal:** paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

REMOND, René. **Introdução à História de Nosso Tempo.** São Paulo: Cultrix, 1986.

SKOPCOL, Theda. **Estados e Revoluções Sociais.** Análise comparativa, da França, Rússia e China. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

SOBOUL, Albert. **A Revolução Francesa.** São Paulo: Difel, 1982.

TULARD, Jean. **História da Revolução Francesa – 1789-1799.** Rio de Janeiro: Paz e Terrra, 1990.

VAINFAS, Ronaldo. **Mercantilismo.** In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808). Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

WELHLING, Arno e WELHLING, Maria José. **Formação do Brasil Colonial.** 3 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Suplementares

ASHTON, T. S. **A revolução Industrial, 1760-1830.** [1ª ed. 1947] Tradução Jorge de Macedo. Portugal: Publicações Europa-América, s/d.

CASSIRER, Ernst. **A filosofia do Iluminismo.** Tradução Álvaro Cabral. 3ª ed. São Paulo: Unicamp, 1997.

DARNTON, Robert. **O Iluminismo como negócio.** História da publicação da *Enciclopédia*, 1775-1800. Tradução Laura Teixeira Motta e Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DARNTON, Robert. **Boemia literária e revolução:** o submundo das letras no Antigo Regime. Tradução de Luis Carlos Borges. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FALCON, Francisco. **O despotismo esclarecido.** São Paulo: Ática, 1986.

FURET, François. **Pensando a Revolução.** Tradução de Luiz Marques e Martha Gambini. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

HOBSBAWM, Eric J. e RUDÉ, George. **Capitão Swing.** A expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

IANNONE, Roberto Antonio. **A Revolução Industrial.** 3ª ed. São Paulo: Moderna, 1992.

LINHARES, Maria Yedda. **A historiografia da revolução francesa:** um retrospecto. Anáise e Conjuntura, Belo Horizonte, Volume 4, Nºs 2 e 3, Maio/ Dezembro, 1989.

Disponível em: http://www.fjp.mg.gov.br/revista/analiseeconjuntura/viewissue.php?id=12#Sessão_8

LEFEBVRE, George. **1789:** o surgimento da Revolução Francesa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MOTA, Carlos Guilherme. **1789-1799:** A Revolução Francesa. São Paulo: Perspectiva, 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa.** Tradução Claudia Rocha de Almeida e Renato Busatto Neto. São Paulo: Paz e Terra, 1987, 3vs.

VOVELLE, Michel. **A revolução francesa explicada a minha neta.** Tradução Fernando Santos. São Paulo: Unesp, 2007.

Atividades de Aprendizagem - AA

1) Acerca do pioneirismo inglês na Revolução Industrial, assinale a alternativa CORRETA:

a. (   ) Teve no advento de uma agricultura capitalista uma importante contribuição pois além de garantir mão de obra, propiciou um mecanismo de acumulação de capital.
b. (   ) Se deve unicamente ao dinamismo do comércio colonial inglês que angariou vários mercados consumidores ao longo do período moderno.
c. (   ) Se deve tão somente a existência de reservas minerais na Inglaterra que vão propiciar importantes fontes de energia para a movimentação das máquinas nas fábricas.
d. (   ) Se deve a supremacia da educação inglesa que produziu uma série de cientistas que desenvolveram toda a tecnologia que preparou o desenvolvimento industrial.

2) Transformações agrárias contribuíram para o processo de Industrialização na Inglaterra, iniciado a partir da metade do século XVIII. Entre as principais conseqüências destas mudanças, NÃO podemos citar:

a. (   ) A adoção de métodos de cultivo tradicionais, como o sistema de três campos.
b. (   ) O aumento da produção de alimentos que serão destinados aos mercados urbanos.
c. (   ) A formação de um excedente de trabalhadores disponíveis para as fábricas.
d. (   ) A transformação da terra em mercadoria e mecanismo de acúmulo de capital.

3) Se por um lado, alguns países da Europa passavam por "Revoluções burguesas" no período moderno, outros Estados europeus procuravam combinar algumas idéias iluministas com o mercantilismo e o absolutismo. Podemos incluir como países que seguiram este último caminho:

a. (   ) Prússia, Áustria e Portugal.
b. (   ) Portugal, França e Áustria.
c. (   ) Espanha, Rússia e França.
d. (   ) França, Inglaterra e Portugal.

4) Fazia parte do discurso iluminista uma crítica contundente direcionada a toda sociedade do antigo regime. NÃO fazia parte deste discurso crítico o:

a. (   ) A defesa do papel de liderança da igreja na condução da educação do povo.
b. (   ) A condenação da política econômica mercantilista.
c. (   ) A defesa de uma sociedade baseada na igualdade de todos perante a Lei.
d. (   ) A condenação da política monárquica absolutista.

5) Das alternativas abaixo, assinale aquela que NÃO contempla o ideal iluminista.

a. (   ) A prosperidade de um país está condicionada à acumulação de metais preciosos.
b. (   ) A razão é a única forma de se chegar ao conhecimento verdadeiro dos fatos.
c. (   ) O poder político emana do povo, que deve ter o direito de escolher os seus governantes.
d. (   ) A liberdade de pensamento e de religião são direitos naturais do homem.

6) René Descartes foi um dos mais importantes teóricos da chamada "revolução científica" do século XVII que, entre outras coisas estabelece as bases sob os quais se alicerçam o pensamento iluminista do século XVIII. Suas idéias defendiam o:

a. ( ) Triunfo do pressuposto racionalista acerca da racionalidade e inteligibilidade de um universo "escrito em linguagem matemática".
b. ( ) Triunfo do pressuposto racionalista acerca da racionalidade e inteligibilidade de um universo "escrito em linguagem matemática".
c. ( ) Avanço da autoridade religiosa eclesiástica no meio da sociedade civil da França no século XVII.
d. ( ) Dispositivo teórico que propiciava um embasamento do sistema monárquico absolutista na França.
e. ( ) Princípio teórico que advogava a defesa da organização da sociedade em estamentos.

7) Acerca da economia agrícola da França no Antigo Regime pode-se afirmar que:

a. ( ) A agricultura francesa estava atrasada e não era do tipo capitalista o que acarretava a inibição do desenvolvimento industrial.
b. ( ) A terra era considerada uma mercadoria e se destinava também ao acúmulo de capitais através da especulação imobiliária.
c. ( ) Os franceses já tinham abandonado todos os usos comunais e os resquícios feudais, o que levou a uma modernização da agricultura do país.
d. ( ) A agricultura francesa já era capitalista, pois os proprietários tinham adotado os cercamentos para garantir a produção de bens para o mercado nas áreas comuns.

8) Pode-se definir a classe dominante da França do período pré-revolucionário como um grupo:

a. ( ) que vivia em simbiose com o Estado Absolutista francês, detendo privilégios e isenções, além de elevada riqueza em bens imóveis.
b. ( ) de caráter burguês que vivia em função dos elevados lucros obtidos com o comércio e com a atividade manufatureira.
c. ( ) Que compreendia as camadas médias e os intelectuais oriundos de todos os estamentos.
d. ( ) de caráter feudal, reacionário, que possuía uma riqueza baseada na propriedade feudal e no privilégio de sangue.

9) Pode ser considerado um importante traço característico do pensamento iluminista que emergiu no século XVIII a:

a. ( ) Crítica ao Antigo Regime.
b. ( ) Valorização do ideal coletivo.
c. ( ) Retomada da cultura clássica greco-romana.
d. ( ) Defesa do cristianismo teocêntrico.

10) O pioneirismo inglês na Revolução Industrial pode ser entendido como produto da conjugação de diversos fatores, como condição política, desenvolvimento da agricultura comercial, dentre diversos outros. NÃO se pode considerar como sendo um destes fatores

a. ( ) a propriedade comunal da terra.
b. ( ) o comércio colonial.
c. ( ) os cercamentos.
d. ( ) a acumulação primitiva de capital.